



I Representação Parlamentar I



**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Elevada taxa de cesarianas nos Açores

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa. para efeito de admissão, requerimento com pedido de respostas por escrito dirigido ao Governo Regional, nomeadamente à **Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social**

Ponta Delgada, 5 de março de 2025

Com os melhores cumprimentos,

A Representação Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

Exma. Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social

Segundo a informação de monitorização da Entidade Reguladora da Saúde (ERS) referente ao acesso e atividade dos prestadores de cuidados de saúde de obstetrícia – partos de 2021, em Portugal Continental, os partos por cesariana representaram 30,7% dos partos realizados no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

De acordo com o Decreto-Lei n.º 309/2003, de 10 de dezembro, “a ERS exerce as suas funções no território do continente, sem prejuízo do estabelecimento de protocolos entre o Governo e os serviços de saúde das Regiões Autónomas.”

No entanto, verifica-se, quer pelos relatórios de monitorização da Interrupção Voluntária da Gravidez em Portugal, quer pelas informações de monitorização relativas aos cuidados de saúde de obstetrícia – partos, que os Açores não são incluídos nas respetivas análises, o que dificulta o acesso imediato à mesma informação, assim como a sua comparação com o todo nacional.

Segundo os relatórios e contas de 2021 dos Hospitais dos Açores, 42% dos partos foram por cesariana, o que representa mais 11,3 pontos percentuais (p.p.) que os partos realizados no SNS.

Entre 2022 e 2023, foram realizados no SNS 31,9% partos por cesariana, o que contrasta com os 41% e 43% verificados nos Açores nos respetivos anos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), “desde 1985, a comunidade médica internacional considera a taxa ideal de cesariana entre 10% e 15%”, ou seja, os Açores apresentam em média mais 27 p.p. do que a taxa ideal de cesariana.

Isto deve preocupar-nos em relação aos motivos que estão a contribuir para uma elevada taxa de cesarianas nos Açores, que supera também a verificada em Portugal Continental no SNS.

Para além disso, no passado dia 26 de fevereiro, o HSEIT através da sua rede social Facebook, partilhou os dados relativos a janeiro de 2025 sobre o número e tipologia de parto. No mesmo, era possível verificar que no total de 46 partos, 33 foram distócicos (por cesariana ou com recurso a ventosas), o que representa 72% da totalidade de partos, sendo que 57% correspondia a partos por cesariana. Um número muito superior ao que se tem verificado na região e que é preocupante.

Facto é que depois da partilha desta publicação com estes dados, a mesma acabou por ser eliminada da referida rede social. No entanto, estes números são preocupantes, pelo que é imperativo que os dados relativos a 2024 sejam divulgados para que se possa determinar as causas e atuar de forma célere na sua resolução.

Assim, nos termos estatutários e regimentais e atendendo ao exposto, a Representação Parlamentar do BE/Açores solicita a V.^a Ex.^a, solicita as seguintes informações e dados:

1 – Existe de momento algum protocolo que permita a ERS exercer as suas funções também nos Açores? Em caso de resposta negativa, pondera o Governo Regional promover protocolos para a monitorização das questões relacionadas com a IVG e saúde materna e obstétrica na região?

2 – Que diligências têm sido tomadas de modo a combater a elevada taxa de cesarianas na região?

A Representação Parlamentar do BE/Açores solicita a V.^a Ex.^a, solicita ainda os seguintes dados:

– Número total de partos realizados em cada um dos Hospitais dos Açores em 2024 e em janeiro de 2025, desagregado por tipo de parto (eutócico, distócico), número de cesarianas, número de partos com recurso a ventosas/fórceps, assim como outros considerados relevantes.

A Representação Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)

Ponta Delgada, 5 de março de 2025